



INDICAÇÃO N.º _____/2023

Quissamã-RJ, 09 de março de 2023

À Excelentíssima Senhora Prefeita de Quissamã - RJ

MARIA DE FÁTIMA PACHECO

A Vereadora signatária, conforme as disposições da Resolução CMQ n.º 162 de 12 de Julho de 2018 - Regimento Interno desta Câmara de Vereadores, INDICA à Excelentíssima Prefeita Municipal de Quissamã/RJ, a Sra. Maria de Fátima Pacheco, que, junto à Secretaria Municipal competente, estude a possibilidade de instituir um Programa Municipal de Prevenção à Gravidez na Adolescência.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação é uma medida importante que sugere ao Poder Executivo a criação de um Programa Municipal de Prevenção à Gravidez na Adolescência, com o objetivo de promover a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, o amplo acesso às informações sobre o tema, notadamente sobre os métodos contraceptivos, prevenindo assim a gravidez indesejada na adolescência.

A gravidez na adolescência é um problema que afeta milhões de jovens em todo o mundo e tem se tornado cada vez mais comum nos dias de hoje. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano, cerca de 16 milhões de meninas com idade entre 15 e 19 anos dão à luz em todo o mundo, o que pode ter sérias consequências para a saúde física e mental das jovens mães e seus filhos, além de afetar o desenvolvimento social e econômico das famílias e comunidades envolvidas. As adolescentes grávidas têm maior risco de complicações durante a gestação e o parto, incluindo partos prematuros, baixo peso ao nascer e morte fetal. Além disso, as jovens mães podem enfrentar dificuldades para continuar seus estudos, manter um emprego e cuidar adequadamente de seus filhos.

As causas da gravidez na adolescência são diversas e incluem fatores culturais, sociais, econômicos e comportamentais. A falta de acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva, a baixa escolaridade, a pobreza, a violência sexual e a falta de



acesso a métodos contraceptivos são alguns dos fatores que contribuem para a gravidez na adolescência.

Para combater esse problema, é necessário investir em políticas públicas que promovam o acesso à informação, à educação sexual e reprodutiva, aos métodos contraceptivos e ao planejamento familiar. É fundamental que as escolas ofereçam uma educação sexual adequada e que os serviços de saúde estejam preparados para atender as necessidades das adolescentes em relação à saúde sexual e reprodutiva.

Simone Flores Soares de Oliveira Barros
Vereadora